



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Gabinete do Ministro da Economia

OFÍCIO SEI Nº 422/2019/GME-ME

Brasília, 22 de agosto de 2019.

A Sua Excelência a Senhora  
Deputada SORAYA SANTOS  
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados

**Assunto: Requerimento de Informação.**


Senhora Primeira-Secretária,

<b>PRIMEIRA-SECRETARIA</b>	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em 30/08/19	às 11 h 30
DANI Servidor	882650 Ponto
Portador	

Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 642/19, de 31.07.2019, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 889/2019, de autoria do Senhor Deputado DIEGO GARCIA, que requer “informações sobre o pagamento de honorários advocatícios a servidores públicos”.

A propósito, informo a Vossa Excelência, em atenção à solicitação do parlamentar, que o Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA), vinculado à Advocacia-Geral da União (AGU) é o órgão competente para o fornecimento das referidas indagações, nos termos dos Despacho S/N, de 17 de julho de 2019, e do Despacho S/N, de 22 de julho de 2019, elaborados, respectivamente, pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Atenciosamente,

  
PAULO GUEDES  
Ministro de Estado da Economia



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Diretoria

## DESPACHO

Processo nº 12100.102560/2019-77

ASSUNTO: RIC 889/2019 - Deputado Diego Garcia.

À ASPAR,

Restituo o presente processo, tendo em vista que o assunto em epígrafe não se insere nas competências desta Secretaria Especial.

Por oportuno, sugere-se o envio ao Conselho Curador dos Honorários Advocáticos, órgão mais afeto ao tema em questão.

Brasília, 17 de julho de 2019.

Documento assinado eletronicamente

FLÁVIA A. DE A. SIMPLICIO

Assessora



Documento assinado eletronicamente por Flávia Almeida de Alagão Simplicio, Assessor(a), em 17/07/2019, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 3052569 e o código CRC 847AC776.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Divisão de Gabinete da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Divisão de Assuntos Parlamentares da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

## DESPACHO

Processo nº 12100.102560/2019-77

À AAP/GME

Em atenção ao Despacho GME-CODEP 3079255, esta PGFN informa que não tem competência para prestar as informações solicitadas no Requerimento de Informação n. 889/2019 (2984525).

Outrossim, esclarece que, consoante o disposto no art. 33 da Lei n. 13.327/2016, o Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA), vinculado à Advocacia-Geral da União (AGU) é o órgão competente para o fornecimento das informações a que alude o parágrafo anterior, com o seguinte endereço (<https://www.conselhocurador.com.br/>):

Setor Bancário Sul Quadra 02 Bloco E Edifício Prime 206 - Brasília, DF, 70070-120 - (61) 3044.1606  
([contto@conselhocurador.com.br](mailto:contto@conselhocurador.com.br))

Brasília, 22 de julho de 2019.

Documento assinado eletronicamente

**JOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO**

Procurador da Fazenda Nacional  
Gabinete da PGFN



Documento assinado eletronicamente por **João Batista de Figueiredo, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 22/07/2019, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3122236** e o código CRC **F3A9893D**.